

Foto: Luciana Vermell



# “A Baía de Guanabara precisa de um maestro”

## Luiz Firmino Martins

Superintendente da Câmara Metropolitana do Rio de Janeiro, ex-presidente do Instituto Nacional de Ambiente (Inea)

### Conjuntura Econômica — Como a Região Metropolitana do Rio de Janeiro está encaminhando seu plano de saneamento?

Estamos em um processo de quebra de vários paradigmas. O primeiro foi a definição pelo STF, depois de 14 anos, de que o poder concedente desse serviço é da região metropolitana. O projeto de lei que cria o ente metropolitano para gerir essa competência está na Assembleia Legislativa (Alerj), recebeu 201 emendas – é um número grande, mas envolve as cinco funções de interesse comum da metrópole: saneamento, mobilidade, ordenamento territorial, enfrentamento da mudança climática e comunicação digital. Esperamos em breve um posicionamento da Assembleia para votar a matéria. O resultado será uma segurança jurídica muito grande.

Outro paradigma que rompemos é a decisão do atual governo de buscar a iniciativa privada, pela plena compreensão de que não há condições de enfrentar esse desafio sozinho. Ainda que a companhia estadual tenha melhorado sua *performance* nos últimos anos, não tem capacidade

de contrair financiamentos e fazer investimentos na velocidade que se precisa. Isso nos permitiu estudar uma modelagem para concessões, que pretendemos refinar com os municípios em junho, logo partir para audiências públicas, e para a promoção de *roadshows* com empresas nacionais e estrangeiras, pois na atual conjuntura não podemos abrir mão de trazer possibilidades de fora. Dessa forma esperamos que em agosto ou setembro tenhamos condição de, com o ente metropolitano criado, votar o projeto.

### Quais são as metas contempladas nessa modelagem?

O desenho que propomos também implica quebrar paradigmas, nesse caso, sobre a forma de se chegar à universalização. Hoje, mesmo se você tiver recursos, vai levar mais de década para fazer saneamento, por motivos óbvios: é preciso esburacar todas as ruas, botar a rede na porta de cada pessoa. Os dados apontam que a Região Metropolitana do Rio tem 60% de coleta, mas a gente sabe que na realidade essa coleta é o que

chamamos de afastamento do esgoto da porta das casas: ele é espetado na drenagem pluvial e em minutos está caindo em um rio e, lá na frente, na Baía de Guanabara, *in natura*. Então no projeto apontamos a necessidade de que em três anos se capturem esses 60% através de uma tubulação como um cinturão, que direcione o esgoto para as estações de tratamento que o Programa de Despoluição da Baía de Guanabara (PDBG) construiu lá atrás e que hoje funcionam aquém de sua capacidade. Até o quinto ano, a meta determinada é ampliar essa cobertura para 80%. E paralelamente, ir colocando a rede separativa nas ruas, num processo que certamente não levará menos de 20 anos. O ponto negativo do cinturão é que, toda vez que chover, esse sistema de coleta vai extravasar para os rios, o que reduz para cerca de 75% a 80% do ano a garantia do tratamento de esgoto. Mas é preciso considerar que hoje ele não é tratado em absoluto.

### O que o projeto propõe para a Companhia Estadual de Águas e Esgotos (Cedae)?

A proposta que parece mais interessante é de que a Cedae fique com a água, porque ela tem envolvimento em todos esses municípios com a distribuição, além de ter um projeto de R\$ 3,5 bilhões totalmente licitados que amplia a oferta e melhora a distribuição nos reservatórios. E o privado deve operar 100% do esgoto e cuidar da parte comercial: a hidrometração, o controle de distribuição, cadastramento, contas. Essa interdependência primordial deve ganhar o interesse do ente privado.

### **O fracasso na despoluição da Baía de Guanabara se deve à insuficiência de recursos ou erro de planejamento?**

Quando a gente pega o custo do saneamento por habitante no Brasil, que é de R\$ 1,8 mil, e multiplica pelos 12 milhões de habitantes da Região Metropolitana do Rio, estamos falando de R\$ 20 bilhões. Então é preciso romper o mito de que a gente já teve dinheiro suficiente e usou mal. O investimento do PDBG foi de US\$ 800 milhões. Achar que esse montante teria resolvido o problema na época é um equívoco. Mas a estratégia também não foi adequada, e aí volto à quebra de paradigmas. Quando você faz um projeto de esgoto, em linhas gerais, cerca de 20% do custo está na estação de esgoto e 80% na rede. O que aconteceu com o PDBG? Como o dinheiro não era para tudo, se priorizaram as estações de tratamento de esgoto, e ficou para os municípios fazerem a rede, a parte mais cara, para se ligarem ao sistema. Esse foi um erro de concepção. Talvez se se tivesse investido nesse projeto de cinturão que defendemos, teria sido possível mostrar algum resultado. Então, além de não ser dinheiro su-

ficiente, ele não levou quase a lugar nenhum. Várias estações ficaram vazias por décadas porque não se tinha o que se jogar nelas.

### **O que se pode esperar do atual programa de despoluição da Baía de Guanabara (PSAM)?**

Não há a menor ilusão de que o PSAM complementar o PDBG e tudo estará resolvido. O PSAM somará outro passo importante, colocará muita rede, mas não resolverá o problema. Quando for concluído,

---

Outras sedes dos Jogos não conseguiram cumprir suas metas, mas depois terminaram o que se propuseram a fazer. É essa a mensagem que temos que passar

---

o PSAM envolverá recursos da ordem de US\$ 600 milhões. Já temos o programa há três anos, mas agora é que os primeiros canos estão sendo assentados, pois era necessário ajustar projetos, fazer o processo de licitação pública que não é coisa de um dia para o outro, mas de um ano para o outro.

Além disso, o PSAM tem vários componentes. Envolve ajuda para

os municípios fazerem seus planos de saneamento, recursos para a Agenser para melhorar sua condição como agência reguladora, para a Cedae, que no final do ano passado iniciou trabalho para também melhorar sua regulação. O PSAM ainda destina recursos para discutir a governança da Baía de Guanabara, porque os problemas não se limitam a saneamento e esgoto. Há uma quantidade brutal de tubulações de óleo e gás passando pelo fundo da baía que geram áreas de exclusão para pesca. Tem áreas de preservação do entorno com diversos problemas. Tem dragagens de portos e estaleiros para as quais falta plano diretor. A Baía de Guanabara tem um conjunto de outras questões que precisam de governança, de um maestro para coordenar essa orquestra.

### **Qual o balanço que se poderá apresentar para as Olimpíadas?**

Já foi externado que não se cumprirá a meta de 80% de despoluição da baía. O PSAM foi mais uma vez um alarde de uma coisa que seria difícil. Mas o governo fez uma parceria com mais de dez universidades para inaugurar um ciclo de monitoramento e nossa expectativa é de que antes das Olimpíadas a gente possa passar uma resposta para a população. Várias outras sedes dos jogos, como Sidney, não conseguiram cumprir suas metas, mas depois terminaram o que se propuseram a fazer. Essa é a mensagem que temos que passar: a de que, a despeito de não termos conseguido cumprir a meta de despoluição, se conseguirmos colocar o plano de concessão na rua, poderemos anunciar prazos para realmente ter o saneamento e parte considerável do problema da Baía de Guanabara resolvido. (S.M.)